

PODER

Força Nacional entra na caçada

Lewandowski autoriza o uso do efetivo para capturar os fugitivos da penitenciária de Mossoró. Cem agentes irão para o local

» LUANA PATRIOLINO

Para reforçar as buscas pelos criminosos que fugiram da Penitenciária Federal de Mossoró (RN), o ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, autorizou, ontem, o uso da Força Nacional na região, com o apoio de 100 homens e 20 viaturas. Eles vão se juntar aos 500 agentes que estão atuando na missão.

A medida ocorreu após um pedido do diretor-geral da Polícia Federal (PF), Andrei Passos, com anuência da governadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra (PT). O reforço são de agentes da PF, da Polícia Rodoviária Federal (PRF) e das forças locais.

Os fugitivos foram identificados como Rogério da Silva Mendonça e Deibson Cabral Nascimento e estavam na unidade prisional de segurança máxima desde setembro de 2023. Eles são ligados à facção criminosa Comando Vermelho. Essa é a primeira fuga registrada no Sistema Penitenciário Federal.

As buscas pelos dois fugitivos da Penitenciária Federal localizada na cidade estão no sétimo dia. No domingo, durante coletiva de imprensa, Lewandowski afirmou que não há prazo para captura dos presos e que “possíveis falhas do presídio já estão sendo corrigidas para garantir a segurança máxima do local”.

“O terreno é complexo, coberto por mata, em uma zona

Tecnologia

Os agentes que participam das buscas utilizam drones, aeronaves e equipamentos que medem a temperatura corporal. No fim de semana, em Mossoró, o ministro Lewandowski afirmou que nenhuma hipótese foi descartada, mas que só a conclusão da investigação poderá indicar se houve conivência de agentes penitenciários.

rural e com uma área extensa. Além de ter rodovias, existem vias e pequenas estradas. O local tem casas esparsas. É um trabalho de busca complexo”, disse o ministro.

De acordo com a pasta, as estradas estão sendo monitoradas pela PRF, mas existem vias vicinais e casas esparsas na área, o que dificulta o trabalho. “A prioridade do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) é encontrar o mais rapidamente possível os fugitivos. A Polícia Federal também está empenhada na ação desde o início, empregando todos os meios materiais e investigativos”, diz o ministério.

Tom Costa / MJSP



O ministro Ricardo Lewandowski atendeu a um pedido do diretor-geral da Polícia Federal e recebeu anuência da governadora do estado

A fuga

Uma imagem divulgada na semana passada mostrou um buraco na cela de um dos dois detentos que fugiram do presídio. Os criminosos teriam obtido uma barra de ferro, de cerca

de 50 centímetros, descascando uma parte da cela que já estava comprometida, por conta da infiltração e falta de manutenção.

Juntos, eles respondem a mais de 30 processos de homicídio, roubo, tráfico de drogas

e organização criminosa. Foram transferidos para Mossoró após participarem de uma rebelião em um presídio em Rio Branco (AC), que resultou na morte de cinco presos, três deles decapitados.

Duas investigações estão

em andamento: uma de caráter administrativo, para apurar as responsabilidades pela fuga; e outra da Polícia Federal, para averiguar as responsabilidades de quem eventualmente tenha facilitado a ação dos detentos.

Will Shutter / Câmara dos Deputados



Manssur era cotado para assumir a Secretaria de Prêmios e Apostas

Contra aposentadoria compulsória de juízes

Prestes a assumir uma cadeira no Supremo Tribunal Federal (STF), o senador Flávio Dino apresentou, ontem, uma proposta de emenda à Constituição (PEC) contra a aposentadoria compulsória de juízes, militares e membros do Ministério Público que cometem crimes graves. Segundo ele, a medida “funciona como um prêmio”, e não como uma punição adequada.

Dino afirmou que é preciso estabelecer “maior igualdade no serviço público”. “Muitas vezes, acaba funcionando como prêmio. E há uma quebra de igualdade. Todos os outros servidores públicos quando, eventualmente, cometem algum delito são punidos até com a demissão, com a explosão do serviço público”, argumentou.

“A aposentadoria é um direito sagrado de todos. Como é que a aposentadoria, que é um direito que visa a assegurar a dignidade, é uma punição? Acaba sendo um prêmio. Infelizmente, há pessoas destituídas de senso ético que não se constroem de serem

‘punidas’ e passam a vida a receber uma aposentadoria porque foram punidas”, completou.

Para Dino, é inadequado adotar como sanção a aposentadoria compulsória ou a pensão por “morte ficta” (ou morte presumida) para justificar uma aparente quebra de vínculo entre o poder público e o servidor que tenha cometido conduta grave que “acarrete alto grau de desmoralização do serviço público e perda da confiança nas instituições públicas”.

A inclusão no sistema como “morto ficto” serve para que os beneficiários legais do agente público possam receber a pensão correspondente ao posto. Atualmente, a medida é prevista em lei.

“Esperamos que o Senado dê um andamento célere. Até porque, quando da reforma da Previdência, já houve essa manifestação de vontade, tanto no Senado quanto na Câmara”, lembrou. “Ocorre que a redação adotada (na emenda da reforma da Previdência) não deixou claro que havia o fim da aposentadoria compulsória”, acrescentou.

Assessor que enfrentou bets sai do governo

» EDLA LULA
» EVANDRO ÉBOLI

Principal especialista no governo em questões sobre apostas esportivas e regulamentação desse setor, o assessor especial José Francisco Manssur, do Ministério da Fazenda, deixou o governo. O nome dele era cotado para assumir a recém-criada Secretaria de Prêmios e Apostas, criada no final de janeiro deste ano. O cargo, porém, é cobiçado pelo Centrão, segmento político ao qual é atribuída a saída de Manssur.

Em nota, a assessoria da pasta fez o anúncio da saída, ontem, e informou que a exoneração se deu a pedido do próprio Manssur. O argumento, no comunicado, é de que o processo de elaboração do conjunto de regras para a regulamentação do setor de aposta por quota fixa, conduzido por ele, já foi concluído em 2023. O texto foi aprovado

pelo Congresso e sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. E o ministério encerra a nota agradecendo ao “trabalho prestado” pelo assessor ao longo desse período.

Manssur, advogado de formação e especializado em gestão pública, era assessor especial da Secretaria Executiva do ministério. Era nome certo e visto como natural para a secretaria, que ajudou a criar e que chegou a ser alvo de cobiça do ministro do Esporte, André Fufuca. Um decreto de Lula, porém, a vinculou à Fazenda.

O especialista era um crítico da voracidade com que as empresas chamadas “bets” (apostas) vinham atuando no país. Durante uma audiência pública na Câmara, em abril do ano passado, ele demonstrou sua posição sobre esse setor e alertou os deputados sobre a urgência dessa regulamentação:

“Os senhores e as senhoras assistem a uma partida de futebol

hoje em qualquer lugar do Brasil. A cada 10 placas de publicidade, nós enxergamos sete ou oito empresas de apostas, que estão fazendo o seu trabalho. Essas apostas movimentam alguns bilhões de reais no Brasil. Todas as externalidades negativas estão presentes — a manipulação de resultado; a lavagem de dinheiro; a ludopatia, que é o vício do apostador —, e o governo e a sociedade não arrecadam R\$ 1 em decorrência desse valor há praticamente cinco anos, porque isso não está regulamentado”, enfatizou Manssur, que guarda uma peculiaridade: apesar de especialista, ele não é um apostador. De loteria alguma.

A regulamentação dessa modalidade das bets — negócio que envolve a cifra de até R\$ 6 bilhões ao ano —, que virou um hábito de parte dos brasileiros, era um dos principais objetivos de Manssur. Ele deixava claro que tinha como atribuição

regulamentar as apostas em resultado e citava prognósticos esportivos, “partidas de time A contra time B, onde o sujeito aposta que vai ser 2 a 0 para o time A”. Ele falava da medida provisória que o governo tratava sobre o tema. E deixava claro que não iria lidar com outros tipos de jogos.

“Não é nossa atribuição, e não constará, não fará parte da MP, continuando este Congresso Nacional com a competência para tratar do assunto, a regulamentação de cassinos, de jogos de azar, de 21 e de tudo o mais que diga respeito a jogos que não são de prognóstico esportivo. Não é objeto da MP! Não está em nossa pauta e não é nossa competência”, frisou. “São prognósticos de resultados esportivos. E quem continuar realizando, dentro dos aplicativos, dentro dos sites, jogos que não são permitidos no Brasil, vai estar praticando uma atividade ilegal”, alertou o assessor, no Congresso Nacional.

Roque de Sá/Agência Senado



Flávio Dino assumirá uma cadeira no STF na quinta-feira

» Em vez de festa, uma missa

O futuro ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Flávio Dino, recusou as tradicionais comemorações oferecidas pelas maiores associações de magistrados do país após a posse na Corte, na quinta-feira. O ex-ministro da Justiça e atual senador participará de uma missa de ação de graças na Catedral de Brasília logo depois da cerimônia. As ofertas para a organização do evento, que poderia ser um jantar ou um coquetel, foram feitas pela Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) e pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), entidades associativas que tradicionalmente alugam espaço e contratam serviços para as festividades de posse de novos ministros.

vão se opor à proposta.

“Essa PEC é para que possamos corrigir uma quebra de isonomia injustificável. O texto vai deixar clara a proibição da aposentadoria compulsória. Se o servidor pratica uma falta leve, tem uma punição leve. Mas se comete uma falta grave, até um crime, tem que receber uma

punição simétrica. No caso, a perda do cargo”, completou.

O senador destacou ainda estar em “contagem regressiva” para conseguir apoio ao projeto, pois vai renunciar ao mandato amanhã para assumir o cargo de ministro do STF na quinta-feira, no lugar da magistrada aposentada Rosa Weber. (LP)